



XLVI CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROVA DISCURSIVA

GRUPO TEMÁTICO II

CADERNO DE QUESTÕES

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA

Instruções:

- Preencha os campos acima com seu nome assinatura.
- A prova é composta por 4 questões dissertativas.
- Este caderno não deve ser desgrampeado. Nenhuma folha deve ser destacada.
- Ao término da prova este caderno deverá ser entregue ao fiscal.
- Não será permitido ao candidato levar consigo este caderno de questões.

1. Temístocles, com 25 anos de idade, ingressou com Ação de Investigação de Paternidade cumulada com Pedido de Herança, contra a Sra. Daphne e sua filha Perséfone, alegando ser filho biológico do esposo da Sra. Daphne, Sr. Pompeu, fruto de um suposto relacionamento extraconjugal que ele teria mantido com a Sra. Lívia, mãe do autor da ação. Sustenta, ainda, que seu suposto pai biológico, já falecido, deixou muitos bens, cuja partilha já foi homologada. Alega, ainda, que: **(i)** sua mãe se casou com seu pai registral (Sr. Brutus); **(ii)** o esposo (Sr. Brutus) descobriu que sua consorte havia sido desvirginada, antes das núpcias, pelo Investigado, Sr. Pompeu; **(iii)** sua genitora foi residir com a avó materna em decorrência da desavença originada pelo fato; **(iv)** sua mãe, nessa época, teria engravidado do Investigado; **(v)** a Sra. Lívia, já grávida, retornou ao lar e foi perdoada pelo marido; e **(vi)** seu pai registral faleceu recentemente. Temístocles pediu a procedência da ação com o reconhecimento da paternidade e consequente anulação do inventário e partilha dos bens deixados por seu pai biológico, com os efeitos materiais da condição de filho natural do sucedido.

As requeridas, em defesa, **(i)** alegaram a decadência do direito do Autor de impugnar seu registro de filiação; ainda, **(ii)** negaram o vínculo genético que diz ter o Autor com o Investigado já falecido; **(iii)** sustentaram que se trata de um caso típico do que se denomina de “adoção à brasileira”, descabendo anular o registro, pois, se a história relatada pelo Autor for verdadeira, o que se pode verificar é que o pai registral do Autor (Sr. Brutus) tinha pleno conhecimento de que o filho que sua esposa carregava no ventre não era seu, e ainda assim o registrou, assumindo voluntariamente a paternidade do filho de sua esposa; **(iv)** salientaram que é dever do judiciário ofertar proteção ao vínculo socioafetivo havido entre o Autor e seu pai registral, diante da constatação inexorável de que o Autor veio a exercer, de forma plena, seus direitos de filiação, construído no afeto e na convivência familiar; **(v)** asseveraram que, caso venha o autor a ter direito ao reconhecimento de sua ascensão genética, isto não repercutirá na esfera patrimonial, haja visto o vínculo

socioafetivo entre o pai registral e o Autor, de quem herdou bens; esse vínculo não pode simplesmente agora ser desconsiderado; causando inclusive estranheza às requeridas, que após o falecimento do pai registral, surgida situação econômica mais atraente junto ao suposto pai biológico, o Autor pretenda participar da partilha dos bens patrimoniais do Investigado.

Supondo-se **(i)** que tenha restado comprovado que Temístocles é mesmo filho de Pompeu e **(ii)** que havia relação socioafetiva entre Temístocles e Brutus, seu pai registral, reconhecida socialmente por todos os membros de sua família, tendo Brutus dedicado ao filho todo o afeto, provendo seu sustento e educação formal, aborde acerca do tema filiação socioafetiva e biológica, de forma fundamentada, considerando os seguintes aspectos:

- (1) decadência;
- (2) reconhecimento da filiação socioafetiva e biológica - e seus efeitos em relação ao registro paternal -, e
- (3) consequências na esfera patrimonial dos bens deixados pelo pai biológico.

Em sua resposta, observe as regras estabelecidas no nosso ordenamento jurídico, o Código Civil, em especial a tendência doutrinária e jurisprudencial.

2. A sociedade empresária MANZANAS LTDA. firmou, em maio de 2012, Contrato de Fornecimento com a sociedade empresária COMPRADORA S.A., pelo qual se obrigou a fornecer 2.000 toneladas de suco concentrado de maçã. As entregas deveriam se efetivar entre os meses de janeiro a março de 2013. Ajustou-se preço por tonelada de produto, que deveria ser pago concomitantemente às entregas que fossem efetivadas. Ocorreu que, passados alguns meses da assinatura do referido Contrato de Fornecimento, e antes mesmo do início do período de entregas previsto contratualmente, se verificou expressiva alta no preço da maçã no mercado internacional, em decorrência de problemas na

safra do maior produtor mundial de maçãs, em razão de fortes chuvas, alagamentos e inundações. Com o aumento expressivo do preço da maçã no mercado internacional, a sociedade empresária MANZANAS LTDA. acabaria por ter de pagar aos seus fornecedores de maçã um valor muito superior àquele originalmente previsto; fato que acarretaria prejuízo no equilíbrio econômico-financeiro do negócio entre MANZANAS LTDA. e COMPRADORA S.A., o qual restaria, inegavelmente, comprometido. Em contrapartida, o produto a ser fornecido (suco concentrado de maçã) igualmente sofreu alta no mercado internacional. Sabendo-se que a sociedade COMPRADORA S.A. pretendia exportar suco concentrado de maçã, infere-se, por consequência lógica, que a mesma teria significativa vantagem nestas operações de exportação do produto a ser fornecido pela MANZANAS LTDA.

Diante de tais circunstâncias fáticas, responda:

- a) A sociedade MANZANAS LTDA. poderá pretender a extinção deste contrato ou terá de cumpri-lo em respeito à cláusula *pacta sunt servanda*? Em sendo possível, ao menos em tese, a extinção do contrato, qual das modalidades de extinção dos contratos se aplica ao caso em tela? Fundamente sua resposta.
 - b) Se, em tese, o contrato supracitado pudesse ser extinto, essa extinção poderia ser evitada? Fundamente sua resposta.
3. Identifique e disserte sobre o(s) efeito(s), em tese, do recurso de agravo de instrumento (art. 522 do Código de Processo Civil), enumerando-o(s) e explicando-o(s) fundamentadamente; apresentando exemplo(s) e indicando o respectivo fundamento legal.
4. Em determinada execução movida por "A" em face de "C", fundada em título executivo extrajudicial (confissão de dívida

assinada por duas testemunhas), "B", terceiro estranho à lide, peticionou nos autos, formulando pedido de sucessão processual no pólo ativo da demanda. Para tanto, argumentou ser cessionário do crédito em execução, comprovando tal circunstância com o respectivo instrumento de cessão lavrado em escritura pública revestida de todas as formalidades legais.

O juiz determinou a oitiva do autor originário ("A"), bem como do réu executado ("C"), tendo o primeiro manifestado aquiescência, enquanto que o segundo se opôs à pretensão, ao fundamento de que, já tendo sido citado, restaria inviável a pretendida sucessão processual.

Nesse contexto, pergunta-se: considerando-se a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, deve o pedido formulado por "B" ser deferido? Justifique e fundamente sua resposta, apontando, também, os dispositivos legais pertinentes.